

MINUTA

1. INTENSIFICAR AS POLÍTICAS DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

2. CONSIDERANDOS

O combate às alterações climáticas, como maior desafio da nossa geração, deve ser o principal motor das políticas ambientais do presente. O investimento na robustez do setor elétrico com a crescente incorporação de fontes de energia renovável, que garantem a produção de energia limpa, isenta de emissões de gases com efeitos de estufa, deve ser uma prioridade. A adoção de políticas de promoção e crescente incorporação de fontes de produção renovável como eólica e solar deve ser encarada como um investimento na independência energética do país e, dado o contexto geopolítico europeu e mundial, como um investimento na Liberdade e na garantia da soberania nacional.

Compreendendo que o aproveitamento da água para fins de produção de eletricidade, um recurso essencial à vida humana, à atividade económica e à produção agrícola e industrial, não deve ser encarado da mesma forma que o aproveitamento da luz solar e do vento.

Entendendo que os efeitos do aquecimento global e das alterações do clima já têm consequências visíveis e irreversíveis no contexto presente é também assumir que a orientação das políticas que defendam o interesse nacional deve ter a prevenção das consequências atuais destas alterações em consideração. Se a principal crise, hoje, se prende com a gestão dos produtos petrolíferos, a próxima e também muito atual prender-se-á com a gestão da água. Porque, tal como o investimento na independência energética do país, também uma política concertada de gestão dos recursos hídricos deve ser encarada como um investimento na Liberdade. Na Liberdade de ter água nas nossas torneiras. Na Liberdade de ter água para a agricultura, para os animais.

Por último, assumindo que, como partido de governo, nos compete entender que toda esta transição energética comportará um grande custo para toda a população. Mas como Socialistas, temos o dever de assegurar que as políticas adotadas não constituem

motivos de agravamento de desigualdades sociais e que não são os mais vulneráveis a pagar com o que não têm, uma transição da qual muitas vezes são os menores culpados.

Assim, resolve o XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista:

3. PROPOSTAS

- Introduzir uma componente social à distribuição dos custos da transição energética, diminuindo permanentemente o IVA da eletricidade para baixos consumos domésticos;
- Desburocratizar o acesso aos fundos dedicados a investimentos na melhoria da eficiência energética das habitações. Também esta deve ser uma transição concertada, investindo paralelamente em sistemas sustentáveis de produção de calor assim como na eficiência energética das casas no sentido de diminuir as necessidades de consumo de eletricidade;
- Articular com os municípios a implementação de medidas de identificação e mitigação da população em situação de pobreza energética e dinamizar o investimento para suprir as necessidades das pessoas nessa circunstância;
- Adaptar os regimes contratuais de exploração das centrais hidroelétricas no sentido de associar os níveis máximos de produção à afluência hídrica, reconhecendo o valor social do armazenamento estratégico da água. Dado o contexto de preços elevados de eletricidade, não podemos permitir que as entidades concessionárias explorem abusivamente um recurso essencial à vida com o objetivo da obtenção de lucros excessivos;
- Pugnar pelo cumprimento do fluxo de água nos principais rios portugueses de acordo com a Convenção de Albufeira;
- Encarar o investimento em infraestruturas de interligação elétrica e energética ibérica com o resto da Europa como projetos essenciais à segurança geral de abastecimento, à promoção da produção de energia por fontes renováveis, aos objetivos de descarbonização e à defesa dos interesses concertados da União Europeia.

A Juventude Socialista,

Braga, 17 de dezembro de 2022